



Região Metropolitana de Sorocaba

CADERNO FINAL PROPOSTAS PDUI RMS 2022



fipe
Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CADERNO FINAL DE PROPOSTAS PDUI RMS 2022

SOROCABA, JUNHO/2022

AGÊNCIA METROPOLITANA DE SOROCABA



COLABORADORES: Andréa Cordeiro, Dennys Daher, Giovanna Bacchi, Patrícia Fernandes, Márcia Ferraro, Rafael Galvão

RESPONSÁVEL EXPEDIENTE DE PLANEJAMENTO: Arq. Urbanista Sandra Lanças

DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIAS: Walter Verhustl

DIRETOR ADJUNTO TÉCNICO: Márcio Tomazela

DIRETORA FINANCEIRA: Daiane Cunha

DIRETOR ADJUNTO ADMINISTRATIVO: Fabiano Doretto Pagioro

DIRETOR EXECUTIVO: Anselmo Rolim Neto

AGÊNCIA METROPOLITANA DE SOROCABA



COMITÊ EXECUTIVO PDUI RMS (2022):

1. Agência Metropolitana de Sorocaba: Titular: Dr. Anselmo Rolim Neto / Suplente: Dra. Sandra Lanças
2. Prefeitura Municipal de Sorocaba Titular: Pref. Rodrigo M. Manga / Suplente: Luiz Galvão / Camila Signorini
3. Prefeitura Municipal de Itu: Titular: Pref. Guilherme Gazzola / Suplente: Lucilene Camillotti
4. Prefeitura Municipal de Tatuí: Titular: Eduardo Amadei / Suplente: Daniel Barros
5. Prefeitura Municipal de Itapetininga: Titular: Pref. Jefferson Brum/ Suplente: Marco A. Costa
6. Secretaria de Infra-Estrutura e Meio ambiente: Titular: Heitor S. Carmona/ Suplente: Ana M. Panarelli
7. Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo: Sec. Flávio Amary / Suplente: Eric Vieira
8. Secretaria de Transportes Metropolitanos: Sec. Paulo Galli / Suplente: Luiz Gustavo Dias
9. Sociedade Civil: Titular: APEOESP: Paula C. Oliveira / Suplente: Associação de Moradores e Proprietários Jd. Piazza de Roma e outros: Earle Feernandes / Márcio Roberto dos Santos
10. Entidades Profissionais: Titular: OAB Votorantim: Eleusa M. Silva / Suplente: Instituto Arquitetos do Brasil – Núcleo Sorocaba: Denise C. Martins
11. Instituições de Ensino Superior: Titular: Faculdade de Tecnologia de Sorocaba: Dr. Francisco C. Ribeiro / Suplente: Instituto Federal: Dr. Denilson Mirim
12. Empresários: Titular: Associação Comercial de Sorocaba: Sérgio Antonio Reze /José A. Cépil; Suplente: Sindicato das Indústrias de mineração de areia: Jaqueline Freitas
13. Consórcios Municipais: Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê Coordenação: Juliana L. Mantovani / Vice: Flaviano A. Lima

HISTÓRICO PRESIDENTES CONSELHO DESENVOLVIMENTO RMS:

(2014 - 2017) – Prefeito de Sorocaba - Antônio Carlos Pannunzio

(2017-2019) – Prefeito de Itu - Guilherme Gazzola

(2019-2020) - Prefeita de Tatuí – Maria José Vieira de Camargo

(2020-2021) – Prefeita de Itapetininga – Simone Marquette

(2022) – Prefeito de Sorocaba – Rodrigo Manga

PREFEITOS CONSELHO DESENVOLVIMENTO RMS 2022

Alambari – João Paulo D. Pinto –
Alumínio – Antonio Piassentini –
Araçariguama – Rodrigo Andrade –
Araçoiaba da Serra – Dr. Quevedo –
Boituva – Edson Marcusso
Capela do Alto – Péricles Gonçalves
Cerquilha – José R. Pilon
Cesário Lange – Ronaldo “Dinho”

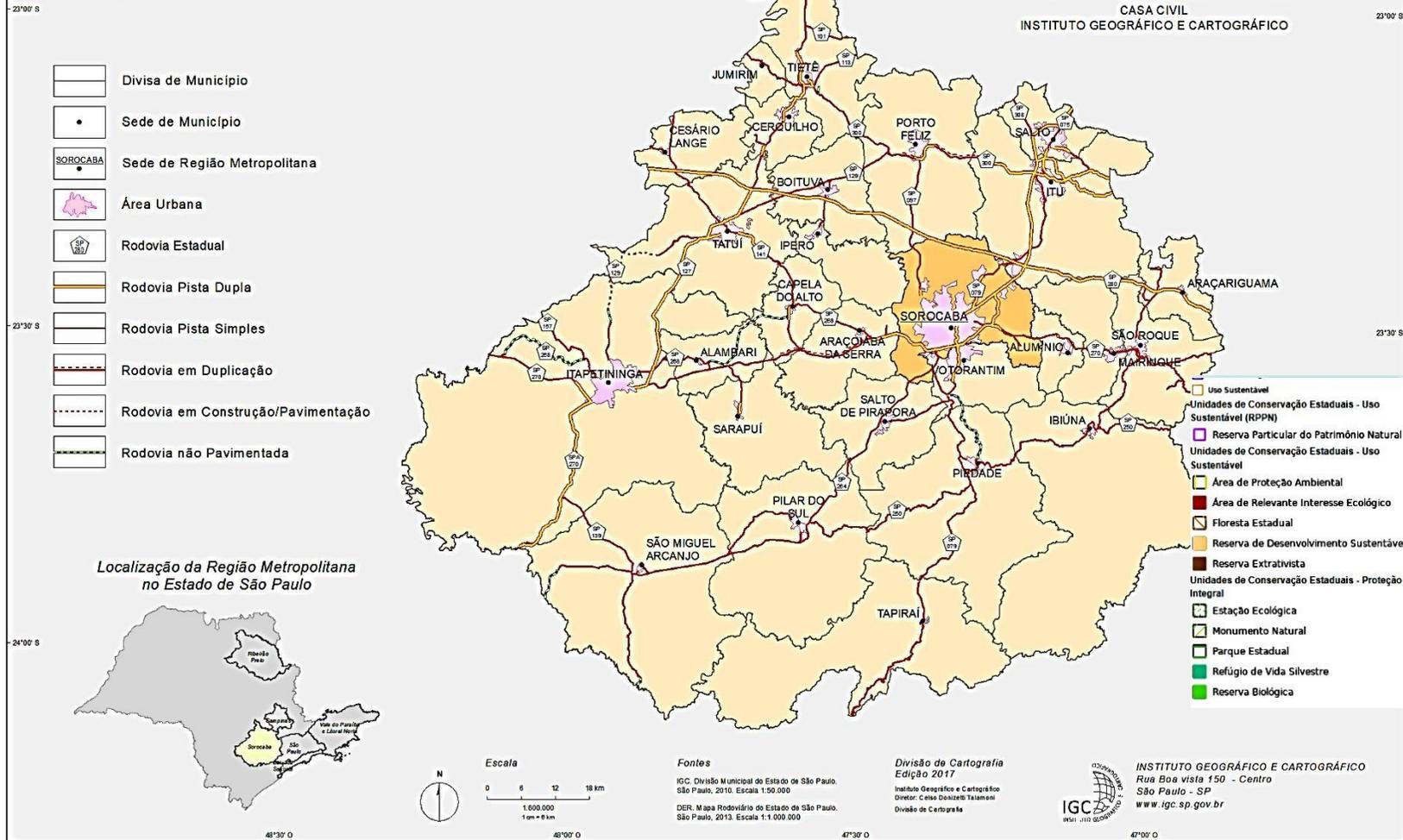
Ibiúna – Paulo Sasaki
Iperó – Leonardo Folim
Itapetininga – Jefferson Brum
Itu – Guilherme Gazzola
Jumirim – Daniel Vieira
Mairinque – Antonio Gemente

Piedade – Geraldo Filho
Pilar do Sul – Marco A. Soares
Porto Feliz – Cássio Prado
Salto – Laerte Sonsin
Salto de Pirapira – Matheus Marum
São Miguel Arcanjo – Paulo da Silva
São Roque – Marcos Augusto
Sarapuí – Prof. Gustavo Vieira
Tapiraí – Aroldo Todesco
Tatuí – Prof. Miguel Lopes
Tietê – Vlamir Sandei

REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO



PDUI é exigência legal

Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015)

Regionalização do Estado de São Paulo: integração regional

Conteúdo mínimo do PDUI (art. 12 do Estatuto da Metrópole)

- > Abrangência territorial: áreas urbanas e rurais
- > Diretrizes para as FPICs
- > Macrozoneamento da unidade regional
- > Referências para parcelamento, uso e ocupação do solo urbano
- > Diretrizes para a articulação intersetorial das políticas públicas
- > Delimitação de áreas com restrição à urbanização
- > Sistema de acompanhamento e gestão do PDUI



O Caderno FINAL PROPOSTAS PDUI RMS objetiva mostrar as propostas consolidadas do Plano de

Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Sorocaba (PDUI RMS).

É importante saber o que é o PDUI: é um plano exigido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015). Este plano será lei estadual após sua aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento dos Prefeitos da RMS, e influenciará ações voltadas para a melhoria da realidade regional. É uma abordagem do planejamento metropolitano e regional, em que Estado, municípios e os cidadãos compartilham decisões para o que for considerado problema comum a vários municípios.

São objetos centrais do PDUI-RMS o Macrozoneamento Regional, que contribui para orientar o ordenamento territorial da Unidade Regional, e a definição das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), e as propostas decorrentes do processo participativo do PDUI da RMS.

As próximas páginas abordam seus objetivos, desafios e resultados do PDUI, detalhando brevemente o processo de elaboração e trazer a proposta final do Macrozoneamento Regional (MZ Regional).

Aqui estão resumidos os produtos técnicos resultantes do esforço de trabalho da equipe multidisciplinar responsável pelo PDUI-RMS – que é uma iniciativa do Governo do Estado/Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) com apoio técnico e logístico da Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas (Fipe), e no caso da Região Metropolitana de Sorocaba, com a participação do Comitê Executivo do PDUI RMS de 2017 a 2022 e da Agência Metropolitana de Sorocaba de 2019 a 2022.

Neste Caderno Final de Propostas, está disponível uma versão de ordenamento territorial com conceitos, caracterização e diretrizes, acompanhada de representação cartográfica do Mapa do Macrozoneamento Regional, bem como as estratégias de ação metropolitana e de áreas de interesse metropolitano.

Apresenta também o conjunto de propostas prioritárias à RMS, elaboradas em diversas etapas, fruto da construção democrática do PDUI da RMS ao longo destes cinco últimos anos.

Cabe realçar o importante papel das contribuições dos gestores públicos e da sociedade civil por meio das propostas que serão recebidas nas plataformas digitais. É com elas que foi construído o conjunto de propostas coerentes que podem até superar conflitos internos da região, fomentar as oportunidades e contornar as insuficiências de acesso a serviços públicos e infraestrutura; dessa maneira, minimizando cada vez mais os desequilíbrios regionais da RM Sorocaba, objetivando garantir cada vez mais, maior qualidade de vida às suas populações e às futuras gerações.

Tudo que está disponibilizado nestas páginas pode ser pesquisado detalhadamente na plataforma digital do PDUI-RMS, no endereço no endereço <http://RMS.pdui.sp.gov.br>.

Afinal, o PDUI é um instrumento de planejamento e gestão baseado na governança interfederativa, que significa o compartilhamento de responsabilidades e ações. É ele que estabelece por legislação federal, as diretrizes e aponta os meios necessários para orientar ações governamentais e da iniciativa privada em regiões metropolitanas (RM's) e aglomerações urbanas (AU's), no que se refere às funções públicas de interesse comum (FPIC's).

É a principal referência do Conselho de Desenvolvimento Regional para orientar as prioridades de ação e investimento, bem como de destinação dos recursos orçamentários.

Por tudo isso, a construção do PDUI exigiu sólida articulação política e institucional.

É fundamental promover o diálogo com os municípios e com a sociedade civil e formar consensos, dar transparência ao conhecimento gerado e adotar procedimentos que democratizem sua construção ao validar seus resultados em audiência pública.

Há desafios que devem ser enfrentados, sem os quais o PDUI RMS não se viabiliza e gera os resultados esperados:

- Contar com base de dados e informações sólidas e atualizadas;
- Participação ativa das prefeituras e da sociedade civil;
- Compreensão de que o PDUI RM Sorocaba é um instrumento de política regional e não local;
- Capacidade de formar consensos em torno de prioridades de ação metropolitana;
- Reconhecer restrições fiscais e financeiras para fazer frente às ações e planos decorrentes do PDUI da RMS.

Para superar esses desafios é preciso conhecer a realidade dos conflitos existentes na RMS, as oportunidades que oferece, bem como as dificuldades de acesso a serviços públicos e a infraestrutura, quando se deseja reduzir os desequilíbrios regionais. Nesse sentido, a construção do PDUI se desenvolveu a partir de uma construção temática, visando ao ordenamento territorial e ao equilíbrio regional das funções públicas de interesse comum.

Objetivos do PDUI

- ❑ Estabelecer as diretrizes, projetos e ações que sejam capazes de induzir e/ou estruturar o território, preparando a Unidade Regional para o adensamento de atividades e funções econômicas, equacionando, ao mesmo tempo, os passivos socioambientais, garantindo condições de desenvolvimento sustentável.
- ❑ Construir consensos e compromissos em torno das questões de interesse comum da Unidade Regional.
- ❑ Propor projetos e ações focadas no bem-estar da população, por meio da melhoria do ambiente urbano e da redução das desigualdades sociais e territoriais.

níveis de orientação para o ordenamento territorial de áreas urbanas e rurais. Saiba quais são:

- ❑ Macrozoneamento regional – São diretrizes gerais, oferecendo as bases para articulação dos municípios quanto ao ordenamento territorial – parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e rural.
- ❑ Estratégias para ação metropolitana – Articulação setorial das políticas públicas que afetam a qualidade do território regionalmente.
- ❑ Áreas de interesse metropolitano – Porções do território sujeitas a controles especiais, por meio de planos de intervenção urbana.
- ❑ Funções públicas de interesse comum (FPIC) - Como o nome já diz, são aquelas que ultrapassam os domínios de um município. Em geral são definidas na lei de criação das Unidades Regionais.

Breve Histórico: etapas de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMS (junho/2017 a junho/2022)

Estudos analíticos

Na 1ª fase, foram feitas várias oficinas de capacitações aos atores regionais pré-definidos, e também oficinas para os grupos de trabalho chamados à sociedade civil e técnicos municipais sobre o Meio Ambiente e Resíduos Sólidos, Saúde, Segurança, Desenvolvimento Urbano e Econômico, Mobilidade Urbana e Macrozoneamento Ambiental, além do Panorama Regional da RMS, publicado em 2017. Todos os cadernos temáticos do PDUI da RMS, com exceção do Macrozoneamento, foram terminados pela extinta EMPLASA (2018).

Na 2ª fase, iniciada ao final de 2019, a Agência Metropolitana de Sorocaba montou sua equipe técnica, que reiniciou os trabalhos para a conclusão do

Macrozoneamento metropolitano da RMS, buscando trabalhar, dentre as macro-diretrizes verificadas em relação à expansão do Projeto ARAMAR da Marinha do Brasil para o município de Iperó e suas implicações no sistema viário e uso e ocupação do solo na região (na ocasião, em planejamento pela Marinha do Brasil), e principalmente para a segurança hídrica da população metropolitana verificada na reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano de Sorocaba, em preleção conjunta do Comitê de Bacias Hidrográficas, Sistema Médio Tietê (CBH-SMT) sobre a qualidade da água de abastecimento na [Represa de Itupararanga](#), principal manancial da região.

Em 2020 com o advento mundial da pandemia devido ao vírus Covid-19 o isolamento social implementado pelo Plano São Paulo em suas diversas fases implicou em novas estratégias para a elaboração do Diagnóstico da RMS, abordagens que permitiriam um retrato ou um Raio-X atualizado da região, e colaborar para o MZ do PDUI da RMS. A equipe técnica da Agência Metropolitana de Sorocaba trabalhou, entre 2020 e 2021 remotamente, para a realização de:

- I. Reuniões remotas com todos os com os técnicos das 27 prefeituras municipais da RMS das áreas de planejamento, meio ambiente e desenvolvimento econômico, apresentando o macrozoneamento preliminar deixado pela EMPLASA e perguntando e obtendo informações atualizadas sobre o desenho proposto; os municípios tiveram oportunidade de conhecer e opinar, através dos técnicos mencionados, sobre ajustes ao desenho do macrozoneamento metropolitano, inclusive colaborando quando o caso, com devolutivas e informações mais atualizadas, em formatos qgis, kmz, ou dwg, e seus planos diretores municipais;

- II. Realizando Workshops remotos com técnicos das 3 sub-regiões em que estão legalmente divididos os 27 municípios da RM Sorocaba, para a temática ambiental com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Ambiental da Universidade Federal de São Carlos (PPGSA UFSCAR campus Sorocaba), que levantaram 39 problemáticas referentes ao Meio Ambiente e Resíduos Sólidos que foram ao final apresentados presencialmente ao final de 2021 pelo Coordenador do PPGSA UFSCAR ofertados aos 27 municípios e seus representantes técnicos, além de diversas representações da sociedade civil e secretarias estaduais (que além de representarem as instituições da Fundação Florestal, Secretaria do Esporte e Lazer estaduais, Instituto de Arquitetos do Brasil Núcleo Sorocaba, , OAB Votorantim (também integrantes de várias Câmaras técnicas do atual CBH-SMT), o que permitiu interação deveras qualitativa e fomentou a integração interpessoal dos diversos colegas, cimentando a já iniciada consciência metropolitana da RMS;
- III. Para uma leitura mais acurada e atualizada do uso e ocupação do solo no território da RM Sorocaba, foram feitas tratativas com o Instituto Federal São Paulo (campus Sorocaba), que no município polo tem um curso de robótica e um grupo de pesquisa oficial (GERA), para uso e aplicação de drones, com a devida manifestação de interesse da AGEMS e resposta positiva do IFSP, foi elaborado um plano de trabalho elaborado pela AGEMS/IFSP, e aprovado pela consultoria jurídica de Campinas, para poder colher melhor informações sobre o uso e ocupação do solo dos 27 municípios; o que não foi levado à execução devido à contratação da equipe FIPE pela SDR para o Estado de São Paulo;
- IV. Como a AGEM Sorocaba ainda não tinha fundo de recursos financeiros operante, a equipe técnica da AGEM Sorocaba, juntamente com a colaboração de membros do Comitê Executivo do PDUI da RMS, impossibilitada de ir ao território explorá-lo; (e também devido à pandemia Covid-19, na época ainda esperando vacinar toda a sociedade civil), para obter maiores dados sobre as necessidades da FPIC dos 27 municípios e disseminar a história da RMS, boas práticas aos funcionários públicos, instrumentos jurídicos de planejamento urbano e regional possibilitados pelo Estatuto da Cidade (2001) e Estatuto da Metrópole

(2015), (legislações relativamente novas e que seria necessário para a elaboração de novos ou revisados planos diretores municipais que serão concomitantes ao PDUI da RM Sorocaba). Isto fomentou, com apoio do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB Sorocaba), da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba (AEAS), da Associação Comercial de Sorocaba (ACSO), da Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT), da Sociedade Brasileira da Construção Sustentável (SBCS), e da Faculdade de Tecnologia de Sorocaba e Tatuí (FATEC-SO e FATEC-T) e Ordem dos Advogados do Brasil seção Votorantim (OAB Votorantim), um curso EAD ofertados aos técnicos de carreira dos 27 municípios, divididos por sub-regiões, com informações sobre a formação da RM Sorocaba, aspectos jurídicos para funcionários públicos; sobre o Direito à Cidade e os Instrumentos de Planejamento Urbano e regional para planos diretores municipais, além de incluir para gestão e monitoramento futuros, informações sobre indicadores normatizados internacionalmente para gestão de cidades e comunidades mais sustentáveis, ministrada por especialista nacional formada pela POLI-USP. Os demais docentes são membros do Comitê Executivo do PDUI da RMS, representando várias instituições atuantes em várias instâncias da região.

O resultado do curso foram as apresentações por sub-regiões das problemáticas intermunicipais que desta maneira trazem orientações para as necessárias FPICs da RM Sorocaba, e seu fechamento foi com a participação por vídeo dos representantes de diversas entidades da sociedade civil organizada e alguns especialistas, que foram convidados a falar sobre o futuro esperado da RM Sorocaba;

V. As aulas das capacitações, ministradas pelos profs. Ms. Flaviano Lima, Ms. Eleusa Silva, Dr. Francisco Ribeiro, Dra. Sandra Lanças e Dra. Iara Negreiros foram transmitidas ao vivo e depois recorrentes na grade da TV Câmara Municipal de Sorocaba, em 6 diferentes opções: 3 canais de tv interna e comunitárias, além de 3 nas mídias digitais, além de fomentar a participação da Escola do Legislativo, que assim criou seu LabLeg e também a participação do MidCid, laboratório de comunicação da comunitária Universidade de Sorocaba (UNISO). A participação, de cerca de 40 especialistas das mais diversas áreas de conhecimento que os 17 ODS necessita, foi também oportunidade de disseminar a questão metropolitana da RM Sorocaba, uma

vez que foram contatados membros da sociedade civil organizada que extrapolam as questões políticas e/ou de assuntos acadêmicos;

VI. Devido ao sucesso do trabalho entre partes deste 1º curso EAD da AGEM Sorocaba, foi feita outra parceria com a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Sorocaba, para disseminação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, em 18 programas ao vivo de 60 minutos cada, em horário pré-determinado nas 6as feiras das 11 às 12hs. Cada programa contava com no mínimo 2 especialistas para ajudar a explicar em linguagem simples, para informar os cidadãos leigos, o que era cada ODS e procurava mostrar exemplos de boas práticas nas cidades da RM Sorocaba, o que foi transmitido de agosto a dezembro de 2021; desta forma espera-se que colabore com melhorias no médio e longo prazo para alfabetização urbana da população metropolitana;

VII. A AGEM Sorocaba também está fazendo tratativas com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Sorocaba e o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), a Prefeitura Municipal de Ibiúna, e a ONG SOS Itupararanga para cooperação e pesquisa sobre o uso e ocupação do solo da área rural e a montante da Represa de Itupararanga, visto que esta parcela do território também tem uso de agricultura familiar, ocupação legal e ilegal por loteamentos e condomínios que podem estar contribuindo para o assoreamento e degradação química das águas do importante manancial. Os resultados poderão servir para os demais espaços intra-urbanos da RM Sorocaba;

VIII. Paralelamente as ações acima descritas, no 2º semestre de 2020, a AGEM Sorocaba fez parceria com a FGV/Sebrae, que realizou uma assessoria à implementação de propostas de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e desenvolvimento regional nos territórios do Estado de São Paulo, que resultou no Mapeamento técnico para a região de articuladores de Sorocaba. Seu sumário executivo traz informações atualizadas e análises sobre as dimensões sociais

(demográficas, educacionais, da área de saúde; econômicas (assistência social, vínculos empregatícios, rendimentos, formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios, tipos de empregos e níveis de ocupação da população PEA metropolitana); e institucionais (gestão fiscal, instrumentos de planejamento setorial e de planejamento territorial, pelos consórcios intermunicipais: gestão de fomento ao empreendedorismo, apoio ao associativismo e cooperativismo, compras governamentais, inclusão produtiva, etc) da RM Sorocaba, (concluída em novembro de 2021);

IX. A partir de novembro de 2021, foi realizada nova revisão bibliográfica sobre os artigos acadêmicos da RM Sorocaba, para adequação da metodologia FIPE/SDR, que foi incluída no caderno de construção dos subsídios para o macrozoneamento preliminar da RMS, de fevereiro de 2022;

X. Todos os dados obtidos nestas ações acima descritas da AGEM Sorocaba e seus parceiros, foram sistematizados, analisados e utilizados para se chegar a uma versão preliminar de Macrozoneamento Regional e suas diretrizes, que foi compatibilizada com a metodologia da SDR/FIPE, no 1º. Semestre de 2022;

XI. Também foram definidas nessa etapa ações estratégicas e algumas propostas de Área de interesse metropolitano, além de analisadas as Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC);

XII. A próxima etapa foi informar o Comitê Executivo do PDUI da RMS do estado da arte do Macrozoneamento para o PDUI da RMS, e após aprovação do CEX-PDUI RMS, foi também informado para aprovação do Conselho de Desenvolvimento de Prefeitos da RMS o caderno de subsídios ao Macrozoneamento da RMS, e sobre o caderno de insumos para o PDUI da RMS;

XIII. Paralelamente, os prefeitos dos municípios sedes das sub-regiões foram contatados pela AGEM Sorocaba para as possibilidades de agendamento das audiências públicas do PDUI da RMS nas respectivas câmaras municipais; e as datas das audiências públicas:

-
- 21/3 – em Itú (audiência dos municípios da sub-região 2); ○ 22/3 – em Tatuí (audiência dos municípios da sub-região 1);
 - 23/3 – em Sorocaba (audiência dos municípios da sub-região 3).
-

XIV. Após as audiências públicas, a plataforma digital ficou aberta até 03 de abril de 2022, para receber as propostas por duas portas: 1ª. Sociedade Civil e 2ª. para o Poder Público. Como resultado, foram coletadas pela plataforma digital 30 propostas da Sociedade Civil e 37 do Poder Público, totalizando 67 propostas para o PDUI da RMS.

XV. Todas as informações relativas e os produtos resultantes dos estudos analíticos estarão disponíveis na plataforma digital do PDUIRMS: <http://RMS.pdui.sp.gov.br>.

Finalmente, o processo de consulta pública com a apresentação do caderno de insumos do PDUI da RMS à sociedade civil nas audiências públicas, aconteceu nas 3 sedes sub-regionais, realizadas no formato híbrido, presencialmente e com a participação remota pelos canais de mídias digitais.

As contribuições recebidas foram analisadas pelo Comitê Executivo e depois sistematizadas pela AGEM Sorocaba e a equipe FIPE/SDR e serão incluídas, juntamente com as demais contribuições das demais regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado de São Paulo, na elaboração da minuta de lei que seguirá para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para a Organização e Gestão regional no Estado de São Paulo.

Documentos orientadores

O processo de construção do Plano foi concluído com a montagem deste Caderno Final de Propostas, do Mapa final do Macrozoneamento Regional e da Exposição de motivos que acompanha o Projeto de Lei, além do caderno de subsídios ao Macrozoneamento regional, que será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Os documentos serão finalizados em julho de 2022 pela equipe FIPE/SDR.

Instrumentos de Gestão, Implementação e Acompanhamento do PDUI RMS após sua aprovação pela ALESP:

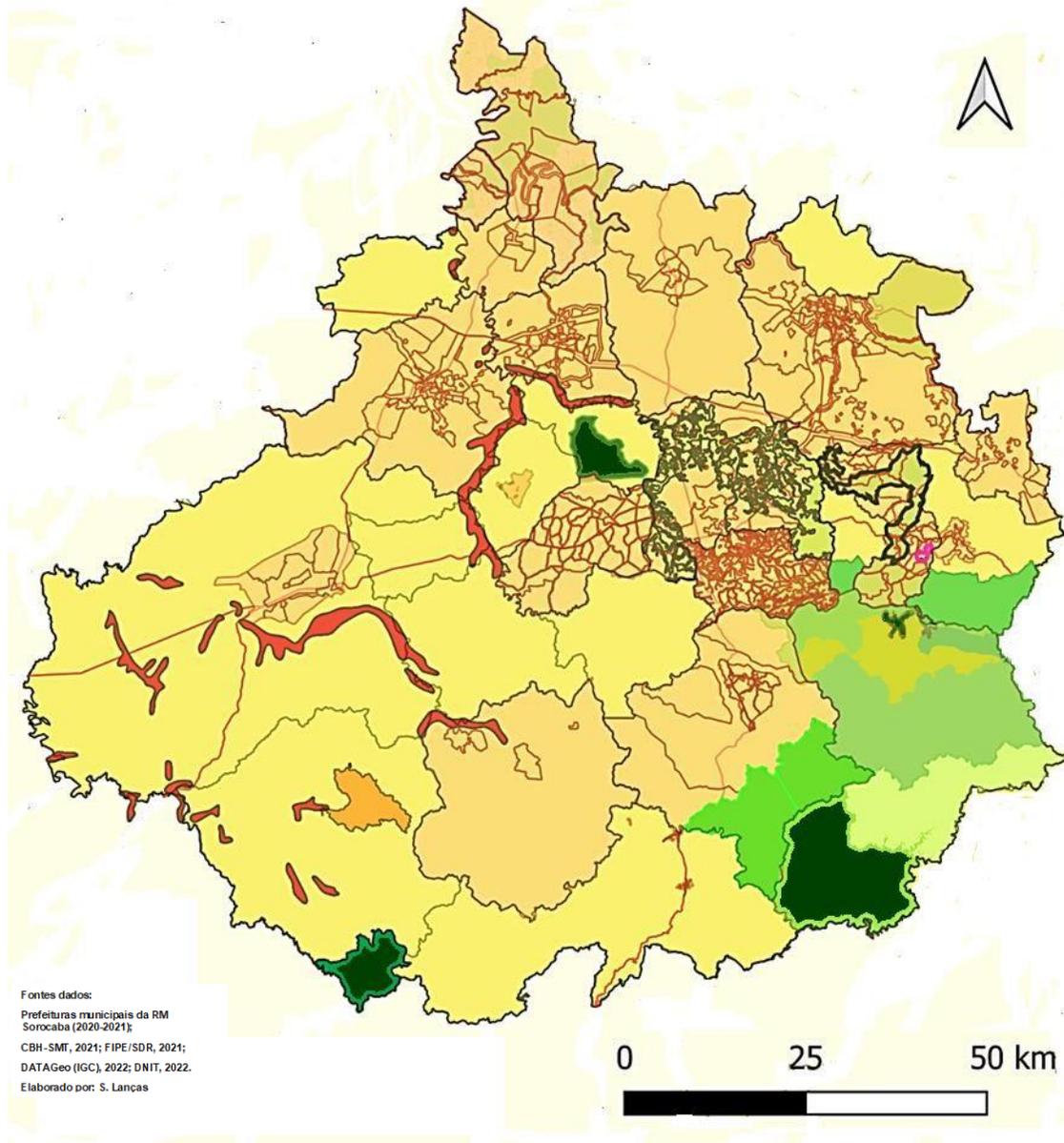
- I) Deverá ser criado o Sistema de Informações Metropolitanas da RM Sorocaba;

- II) Deverá ser criada a Câmara temática de Gestão do PDUI da RMS que funcionará como articuladora e integradora das câmaras temáticas e câmaras temáticas especiais até a revisão do PDUI RMS, que deverá acontecer até dez anos após a aprovação deste.

Anexo 1: Mapa MZ Regional
RMS

Limites municipais

MAPA MACROZONEAMENTO



— Principais rodovias

-  MZ de Preservação Ambiental
-  MZ de Uso Sustentável
-  MZ de Recuperação Ambiental
-  MZ de Interesse Rural
-  MZ de Interesse de Uso Urbano
-  Área de Alta Vulnerabilidade ao Aquífero
-   Corredor Ecológico Sorocaba (proposta SEMA SOROCABA 2022: FLONA Ipanema – Sorocaba/ Votorantim – APA Itupararanga)

Fontes dados:
Prefeituras municipais da RM Sorocaba (2020-2021);
CBH-SMIT, 2021; FIPE/SDR, 2021;
DATAGeo (IGC), 2022; DNIT, 2022.
Elaborado por: S. Lanças

REGIONAL - RM SOROCABA

**Corredor Ecológico Mairinque (Porto
Feliz – Mairinque –
Alumínio – APA Itupararanga)**

A proposta para o ordenamento territorial da RMS considerou os interesses municipais registrados nas etapas anteriores de construção do Macrozoneamento Regional (Ordenamento Territorial) e os comparou com informações mais amplas dos atributos regionais de interesse coletivo, apresentados no Panorama Regional e no Diagnóstico, além das propostas da sociedade civil e poder público, recolhidas após as respectivas audiências públicas, da plataforma digital do PDUI da RMS.

A partir desses subsídios, em especial os advindos das oficinas regionais e dos grupos temáticos setoriais (de 2017 a 2022), bem como dos diversos elementos que compõem o território da RMS, foi possível criar e aprovar a proposta de macrozoneamento para a RMS, por meio de 5 grandes macrozonas: Macrozona de Preservação Ambiental, Macrozona de Uso Sustentável e Macrozona de Interesse de Uso Urbano, Macrozona de Atividade Rural e Macrozona de Recuperação Ambiental, cuja configuração territorial está expressa no Mapa 1 do Macrozoneamento Regional da RMS:

1. Macrozona de Preservação Ambiental

Conceito: área de significativa importância ambiental, com atributos especiais que demandam conservação e proteção, seja pela biodiversidade presente ou pelo papel relevante na

manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais à qualidade de vida e à qualidade ambiental da região.

Caracterização: a Macrozona de Preservação Ambiental é um território ambientalmente frágil, devido à sua significativa biodiversidade, demandando cuidados especiais para sua conservação.

Objetivo: contribuir para a proteção da biodiversidade, o equilíbrio dos ecossistemas e a manutenção dos serviços ecossistêmicos necessários à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável.

Diretrizes:

- I. Manter a integridade das áreas de preservação permanente, conforme disposto na Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal);
- II. Promover a articulação entre municípios vizinhos e entidades estaduais e federais para a construção de estratégias integradas de conservação ambiental;
- III. Reforçar a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural;
- IV. Respeitar as condições de manejo e conservação das florestas e áreas com vegetação nativa, conforme estabelecido pela legislação da UC Floresta Nacional

de Ipanema, Parque Estadual do Jurupará e Parque Estadual Carlos Botelho;

- V. Promover atividades ligadas à pesquisa, ao ecoturismo e à educação ambiental;
- VI. Garantir a proteção do Bioma Mata Atlântica, conforme previsto na Lei da Mata Atlântica, Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006;
- VII. Garantir a proteção das espécies vegetais e animais, especialmente as ameaçadas de extinção;
- VIII. Zelar pelo cumprimento das determinações previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes;
- IX. Embora não listadas como macrozonas, as áreas de alta vulnerabilidade ao aquífero da região, localizadas em São Miguel Arcanjo, Pilar do Sul, Itapetininga; entre os municípios de Alambari e Capela do Alto, Sarapuí e Araçoiaba da Serra; Tatuí, Iperó e Boituva, além de Cesário Lange, e principalmente em Sorocaba (município mais adensado e com alta taxa de crescimento populacional dentre os demais da RMS), onde as áreas de alta vulnerabilidade estão próximas ao Corredor Ecológico de Sorocaba; e devem ser listadas nos Planos Diretores Municipais destes municípios, para os devidos procedimentos legais, a fim de se prevenir a contaminação do aquífero regional.

Composição gráfica:

- UC FLORESTA NACIONAL DE IPANEMA;
- Parque Estadual do Jurupará;
- Parque Estadual Carlos Botelho;
- ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ITAPETININGA;
- UC BRIGADEIRO TOBIAS;
- HORTO FLORESTAL DE MAIRINQUE, para composição do CORREDOR ECOLOGICO DA REPRESA DE ITUPARARANGA A ITU;
- CORREDOR ECOLOGICO DE SOROCABA, para conectar a Represa de Itupararanga à UC FLONA IPANEMA;
- ÁREA MICRO BACIA RIBEIRÃO EM SÃO MIGUEL ARCANJO;
- ÁREAS EM TIETÊ CONFORME PLANO DE MANEJO DA APA TIETE-JUMIRIM;
- Florestas e áreas de vegetação nativa na Zona de Conservação da Vida Silvestre das APA's DE ITUPARARANGA E TIETÊ JUMIRIM;
- Áreas de Preservação Permanente (APP): Estas não serão mapeadas, mas sua integridade deve ser mantida, de acordo com o que estabelece o Código Florestal em vigor.

2. Macrozona de Uso Sustentável

Conceito: áreas com atributos naturais em diferentes graus de comprometimento, com distintos padrões de ocupação e de

atividades urbanas e rurais e econômicas, sendo, simultaneamente, produtora de serviços ecossistêmicos. Deve, portanto, conciliar a conservação do patrimônio socioambiental com o desenvolvimento das atividades.

Caracterização: a Macrozona de Uso Sustentável corresponde às áreas com características ambientais relevantes, sejam elas urbanas ou rurais.

Objetivo: conciliar a conservação do patrimônio socioambiental e seus serviços ecossistêmicos com o desenvolvimento de atividades urbanas, rurais e econômicas diversificadas.

Diretrizes:

- I. Promover a manutenção e a recuperação dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, em especial aqueles relacionados com a produção da água, biodiversidade e regulação climática;
- II. Garantir a contenção da expansão urbana sobre áreas de proteção dos mananciais hídricos e áreas de produção agrícola sustentável;
- III. Incentivar a manutenção da dinâmica dos espaços rurais para auxílio na proteção ambiental dos mananciais e áreas de nascentes;
- IV. Garantir a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural;
- V. Promover a melhoria das condições urbanísticas e ambientais das áreas urbanas;
- VI. Proporcionar oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas nas áreas urbanas;
- VII. Compatibilizar os usos com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo dos terrenos;
- VIII. Controlar e monitorar o uso do solo nas áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira consideradas de Alta, Muito Alta e Extremamente Alta importância;
- IX. Manter as áreas de mineração ativas com controle ambiental, e promover a recuperação ambiental das áreas paralisadas e desativadas;
- X. Zelar pelo cumprimento das determinações previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes;
- XI. Garantir a proteção do Bioma Mata Atlântica, conforme previsto na Lei da Mata Atlântica, Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006;
- XII. Abrigar as transformações de perímetros urbanos decorrentes da expansão urbana, atendendo as exigências estabelecidas no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade.

Composição gráfica:

- Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: APA Itupararanga e APA Tietê-Jumirim, exceto as áreas urbanas definidas pelos municípios;
- Áreas e macrozonas rurais;
- Áreas ambientais de caráter preservacionista dos planos diretores municipais, classificadas como “uso sustentável” e “proteção ambiental” no mapa de leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais. Essas áreas serão incorporadas após validação da análise de leitura unificada pelos municípios.

3. Macrozona de Interesse de Uso Urbano

Conceito: áreas urbanas com variadas categorias de uso, diversos padrões de ocupação e distintas atividades.

Caracterização: a Macrozona de Interesse de Uso Urbano consiste nas áreas urbanas definidas pelos municípios. Boa parte dessa macrozona encontra-se dentro das áreas de proteção ambiental (APAs) Sorocaba e Tietê-Jumirim, o que exige maior cuidado com o uso do solo, devendo-se

considerar e reforçar as diretrizes estabelecidas no zoneamento das APA's.

Objetivo: abrigar urbanização de acordo com os condicionantes do sítio físico, da infraestrutura instalada e da legislação ambiental vigente.

Diretrizes:

- I. Proporcionar oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas nas áreas urbanas;
- II. Estimular a ocupação dos vazios urbanos e o uso dos imóveis ociosos ou subutilizados dotados de infraestrutura;
- III. Recuperar a qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os adequadamente com os sistemas urbanos, com especial atenção à recuperação das planícies fluviais do Rio Sorocaba;
- IV. Minimizar os problemas existentes nas áreas com riscos geológico-geotécnicos, de inundações e decorrentes de solos contaminados e prevenir o surgimento de novas situações de vulnerabilidade;

- V. Estimular a regulação da produção imobiliária para captura, pelas municipalidades, da valorização imobiliária decorrente de investimentos públicos, para financiamento de melhorias e benefícios públicos;
- VI. Qualificar e complementar o sistema de mobilidade com a integração entre os sistemas de transporte coletivo, viário, cicloviário e de circulação de pedestres entre os municípios;
- VII. Compatibilizar usos e tipologias para o parcelamento e uso do solo urbano com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo;
- VIII. Promover a urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários, onde couber;
- IX. Controlar e monitorar o uso do solo nas áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira consideradas de Alta, Muito Alta e Extremamente Alta importância;
- X. Zelar pelo cumprimento das determinações previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes;
- XI. Garantir a proteção do Bioma Mata Atlântica, conforme previsto na Lei da Mata Atlântica, Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006;
- XII. Priorizar o crescimento dos municípios nas áreas mais propícias à ocupação urbana, promovendo a

distribuição e intensidade de usos do solo de forma equilibrada em relação à capacidade dos sistemas de infraestrutura e serviços locais.

- XIII. Embora não listadas como macrozonas, as áreas de alta vulnerabilidade ao aquífero da região, localizadas em São Miguel Arcanjo, Pilar do Sul, Itapetininga; entre os municípios de Alambari e Capela do Alto, Sarapuí e Araçoiaba da Serra; Tatuí, Iperó e Boituva, além de Cesário Lange, e principalmente em Sorocaba (município mais adensado e com alta taxa de crescimento populacional dentre os demais da RMS), onde as áreas de alta vulnerabilidade estão próximas ao Corredor Ecológico de Sorocaba; e devem ser listadas nos Planos Diretores Municipais destes municípios, para os devidos procedimentos legais, a fim de se prevenir a contaminação do aquífero regional.

Composição gráfica:

- Áreas de perímetros urbanos e zonas e macrozonas urbanas definidas nas legislações municipais.

4. Macrozona de Interesse Rural

Conceito: áreas destinadas, prioritariamente, para as atividades rurais que conciliem qualidade ambiental e

desenvolvimento econômico, bem como o uso e o manejo racional e sustentável do solo e das águas.

Caracterização: a Macrozona de Atividades Rurais pode apresentar características diversas, em áreas concentradas ou esparsas de produção agrícola, pecuária e/ou extrativista, agricultura familiar, com ocupação urbana de baixa e média densidade.

Objetivo: contribuir para a produção de atividades rurais com proteção da biodiversidade, o equilíbrio dos ecossistemas e a manutenção dos serviços ecossistêmicos necessários à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável.

Diretrizes:

- I. Estimular o aumento de produtividade das atividades rurais, observando-se o uso racional dos recursos naturais e o adequado manejo dos solos e das águas;
- II. Proporcionar a oferta de infraestrutura adequada às atividades agropecuárias e ao escoamento de sua produção;
- III. Incentivar a diversificação, agregação de valor e integração às cadeias agroindustriais das propriedades, cooperativas e empresas agrícolas;
- IV. Garantir a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema

Nacional de Cadastro Ambiental Rural;

- V. Estimular a produção e a comercialização local de alimentos, de modo a garantir o abastecimento regional e a oferta, a preços adequados, de produtos frescos;
- VI. Manter as áreas de mineração ativas com controle ambiental, e promover a recuperação ambiental das áreas paralisadas e desativadas;
- VII. Controlar e monitorar o uso do solo nas áreas prioritárias para conservação da biodiversidade brasileira consideradas de alta, muito alta e extremamente alta importância;
- VIII. Garantir a proteção do bioma cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Estadual nº 13.550, de 02 de junho de 2009;
- IX. Promover a conservação e recuperação dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, em especial aqueles relacionados com a produção da água e regulação climática;
- X. Abrigar as transformações de uso decorrentes da expansão urbana, atendendo as exigências estabelecidas no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade;
- XI. Garantir a regularização urbanística e fundiária dos núcleos urbanos informais consolidados;

XII. Implantar sistemas de coleta, afastamento e tratamento dos efluentes sanitários;

XIII. Embora não listadas como macrozonas, as áreas de alta vulnerabilidade ao aquífero da região, localizadas em São Miguel Arcanjo, Pilar do Sul, Itapetininga; entre os municípios de Alambari e Capela do Alto, Sarapuí e Araçoiaba da Serra; Tatuí, Iperó e Boituva, além de Cesário Lange, e principalmente em Sorocaba (município mais adensado e com alta taxa de crescimento populacional dentre os demais da RMS), onde as áreas de alta vulnerabilidade estão próximas ao Corredor Ecológico de Sorocaba; e devem ser listadas nos Planos Diretores Municipais destes municípios, para os devidos procedimentos legais, a fim de se prevenir a contaminação do aquífero regional.

Composição gráfica:

- a Áreas de perímetros não urbanos dos territórios municipais; zonas e macrozonas rurais definidas nas legislações municipais.

5. Macrozona de Recuperação Ambiental

Conceito: áreas impactadas pela atividade humana que necessitam de ações para a restauração de características do ambiente natural.

Caracterização: áreas com características ambientais relevantes, sejam elas urbanas ou rurais, conforme indicadas por zoneamentos municipais nos planos diretores municipais e planos de manejo das APA's.

Objetivo: recuperar, conservar e preservar áreas importantes por seus serviços ecossistêmicos, principalmente ligadas à segurança hídrica metropolitana e a restauração de áreas de preservação permanente dos corpos hídricos, referentes à hidrografia regional, e às áreas potenciais para proteção ambiental.

Diretrizes:

XIII. Promover a manutenção e a recuperação dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes,

em especial aqueles relacionados com a produção da água, biodiversidade e regulação climática; **XIV.** Garantir a contenção da expansão urbana sobre áreas de proteção dos mananciais hídricos e áreas de produção agrícola sustentável;

XV. Incentivar a manutenção da dinâmica dos espaços rurais para auxílio na proteção ambiental dos mananciais e áreas de nascentes;

XVI. Garantir a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural;

XVII. Promover a melhoria das condições urbanísticas e ambientais das áreas urbanas;

XVIII. Proporcionar oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas nas áreas urbanas;

XIX. Compatibilizar os usos com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo dos terrenos;

XX. Controlar e monitorar o uso do solo nas áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira consideradas de Alta, Muito Alta e Extremamente Alta importância;

XXI. Manter as áreas de mineração ativas com controle ambiental, e promover a recuperação ambiental das áreas paralisadas e desativadas;

XXII. Zelar pelo cumprimento das determinações previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que

vierem a ser criadas, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes;

XIV. Garantir a proteção do Bioma Mata Atlântica, conforme previsto na Lei da Mata Atlântica, Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Embora não listada como macrozonas, as áreas de alta vulnerabilidade ao aquífero da região, localizadas em São Miguel Arcanjo, Pilar do Sul, Itapetininga; e entre os municípios de Alambari e Capela do Alto, Sarapuí e Araçoiaba da Serra; Tatuí, Iperó e Boituva, além de Cesário Lange, e principalmente em Sorocaba, onde estão próximas ao Corredor Ecológico de Sorocaba, devem ser listadas nos Planos Diretores Municipais destes municípios, para os devidos cuidados legais.

XV. Embora não listadas como macrozonas, as áreas de alta vulnerabilidade ao aquífero da região, localizadas em São Miguel Arcanjo, Pilar do Sul, Itapetininga; entre os municípios de Alambari e Capela do Alto, Sarapuí e Araçoiaba da Serra; Tatuí, Iperó e Boituva, além de Cesário Lange, e principalmente em Sorocaba (município mais adensado e com alta taxa de crescimento populacional dentre os demais da RMS), onde as áreas de alta vulnerabilidade estão próximas ao Corredor Ecológico de Sorocaba; e devem ser listadas nos Planos Diretores Municipais destes municípios, para os devidos procedimentos legais, a fim de se prevenir a contaminação do aquífero regional.

Composição gráfica:

- Área de preservação permanente das nascentes e corpos d'água formadores do Rio Sorocaba, à montante da Represa de Itupararanga, conforme coordenadas fornecidas pela Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Sistema Médio Tietê;;
- Áreas já demarcadas no Plano de Manejo das APA s de Itupararanga e Tietê-Jumirim;
- Área da Micro-Bacia do Ribeirão do município de São Miguel Arcanjo;
- Outras áreas ambientais a serem recuperadas ambientalmente, de caráter preservacionista dos planos diretores municipais, classificadas como “uso sustentável” e “proteção ambiental” no mapa de leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais. Essas áreas serão incorporadas após validação da análise de leitura unificada pelos municípios.

Estratégias para ação metropolitana RMS

As estratégias para ação metropolitana têm foco nos sistemas relacionados às funções públicas de interesse comum (FPICs) que estruturam o território. São elementos estruturadores da ação pública e têm por função básica promover a articulação intersetorial das diversas políticas de âmbito regional. Estas políticas, por sua vez, coincidem com funções, serviços e programas de natureza sistêmica e de interesse comum aos municípios e demais entes federativos.

Esse nível de orientação para a ação metropolitana integrada prevê a articulação dos entes federados para a consecução de objetivos comuns. Algumas delas incidem em áreas quase sempre descontínuas, de caráter dinâmico, cuja identificação no território necessita do alinhamento das visões dos atores envolvidos – tanto na definição dos temas analisados, como na escolha das formas de tratamento conjunto dos mesmos. Dessa forma, a elaboração das Estratégias para a Ação Metropolitana é um trabalho a ser desenvolvido de forma permanente, no âmbito da estrutura formal do Conselho de Desenvolvimento, por meio de Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho, com representação dos municípios, das secretarias e instituições estaduais responsáveis.

Até o momento, foram consideradas as seguintes estratégias para ação metropolitana no âmbito das funções públicas de interesse comum da RMS:

- □ 1. Enfrentamento da questão da Segurança Hídrica, com a implementação e coordenação de políticas de gestão de pagamentos por serviços ambientais. (Planejamento e uso do solo, Meio ambiente, com recuperação de vegetação nas APPs de nascentes e cursos d'água à montante da Represa de Itupararanga e outras regiões dos rios Sorocaba, Sarapuí e Tatuí);
- □ 2. Enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional (habitação) associada a um programa de regularização fundiária e urbanística
- □ 3. Enfrentamento da questão da destinação de resíduos sólidos, principalmente nas áreas rurais, agora lotadas de loteamentos e condomínios, legais ou ilegais;
- □ 4. Aumentar a segurança das estradas rurais, com desenvolvimento integrado aos PDTCI' s das cidades de menor densidade populacional da RM Sorocaba, que nos últimos anos tem recebido mais pessoas de outras localidades;
- 5. Criação de rotas cicloviárias nas áreas urbanas e às trilhas rurais consolidadas e monitoradas por aplicativos, colaborando para melhorar a mobilidade

regional e fomentar o turismo e atividades econômicas afins.

A seguir serão apresentadas as definições das estratégias de ação metropolitana propostas para a Região Metropolitana de Sorocaba:

1. Estratégia para enfrentamento da questão da Segurança Hídrica

Essa estratégia está relacionada às funções públicas de interesse comum de meio ambiente, planejamento, uso do solo e habitação, com o intuito de construir um sistema para aumentar a produção de água para mais da metade da população da Região Metropolitana de Sorocaba, com a função de identificar as áreas de preservação permanente das nascentes e promover a gestão integrada junto aos municípios detentores das nascentes e corpos d'água relevantes à questão da segurança hídrica (a começar pelo município de Ibiúna e demais municípios dependentes das águas da Represa de Itupararanga – c. 1,4 mil habitantes da RMS) juntamente com o CBH-SMT e outras instituições, para reverter quadro de déficit hídrico já existente.

Objetivos da Estratégia para diminuição do déficit hídrico e aumento da Produção de Água e Segurança hídrica.

- ❑ Articulação das diversas instâncias de governo para gestão integrada de recuperação de áreas de preservação permanente (APP) dos Rios Sorocamirim, Sorocabaçu e Uma, formadores do Rio Sorocaba, à montante da entrada da Represa de Itupararanga e outras regiões considerados prioritárias à segurança hídrica das populações servidas pelas águas de sua região, atualmente em déficit hídrico, e implementando o pagamento por serviços ambientais conforme legislação a ser elaborada pelo CBH_SMT, devido à sua importância para o abastecimento das populações e suas atividades econômicas dos vários municípios do entorno da Represa de Itupararanga, além de abastecer a população do município polo, totalizando mais da metade da população da RM Sorocaba;
- ❑ Elaboração, implementação e monitoramento de um Plano Metropolitano de Gestão da Segurança Hídrica, instrumento que dará materialidade aos objetivos e diretrizes para a segurança hídrica das populações na RMS;
- ❑ Indicação das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de déficit hídrico da região, e estabelecimento de diretrizes de gestão de riscos fundamentais para conhecimento e aplicação dos agentes públicos e a sociedade civil quanto à necessidade de ações efetivas e eficazes de curto, médio e longo prazo em relação à

quantidade e qualidade das águas para o abastecimento público;

- ❑ Para viabilidade e implementação desses objetivos, uma Câmara Temática Metropolitana para a Gestão de Segurança Hídrica exerceria o papel de articulação, discussão e apoio técnico, integrando as questões dos riscos às demais funções públicas de interesse comum, em interação com outras Câmaras Temáticas.

2. Estratégia para enfrentamento da questão destinação de resíduos sólidos

Essa estratégia está relacionada às funções públicas de interesse comum de meio ambiente, planejamento, uso do solo e habitação, com o intuito de construir um sistema para gestão da destinação dos resíduos sólidos na Região Metropolitana de Sorocaba, com a função de identificar as necessárias áreas e promover a construção de locais de destinação e gestão de resíduos sólidos, servindo a vários municípios de maneira integrada, para reverter quadro de depósito de resíduos irregulares já existentes, e promover melhor destinação e aproveitamento dos resíduos, enquanto preservando e conservando o Meio ambiente, principalmente nas áreas rurais dos municípios mais descentralizados da região metropolitana de Sorocaba.

Objetivos da Estratégia para aumentar o gerenciamento de resíduos sólidos na RMS:

- ❑ Articulação das diversas instâncias de governo para gestão integrada da destinação dos resíduos sólidos dos municípios que ainda sofrem com a questão da destinação de maneira integrada entre vizinhos, principalmente nos municípios com menor densidade populacional e vizinhos entre eles);
- ❑ Elaboração, implementação e monitoramento de um Plano Metropolitano de Gestão de Resíduos sólidos, instrumento que dará materialidade aos objetivos e diretrizes para a gestão de resíduos sólidos das populações na RMS;
- ❑ Indicação das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de contaminação dos recursos hídricos e melhores solos para a agricultura da região, e estabelecimento de diretrizes de gestão de riscos fundamentais para conhecimento e aplicação dos agentes públicos e a sociedade civil quanto à necessidade de ações efetivas e eficazes de curto, médio e longo prazo para a RMS;
- ❑ Para viabilidade e implementação desses objetivos, uma Câmara Temática Metropolitana para a Gestão de Resíduos Sólidos exerceria o papel de articulação, discussão e apoio técnico, integrando as questões dos riscos às demais funções públicas de interesse comum, em interação com outras Câmaras Temáticas.

3. Estratégia para enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional

A estratégia para enfrentamento da precariedade e da informalidade habitacional está relacionada às funções públicas de interesse comum de meio ambiente, planejamento e uso do solo e habitação. As questões da habitação e da regularização fundiária estão consideradas como estratégia para ação metropolitana, pois entende-se que uma gestão integrada dos municípios pode fortalecer e otimizar os resultados para enfrentamento dos problemas relacionados à instalação de assentamentos precários ou loteamentos irregulares em áreas afastadas dos centros urbanos.

Como exemplo, os municípios podem trabalhar em conjunto na definição de critérios de reconhecimento, qualificação e enfrentamento das situações de problemas e necessidades habitacionais, de forma padronizada, considerando os princípios orientadores da política habitacional do Estado de São Paulo, facilitando, dessa forma, as análises e o planejamento de ações.

Na Região Metropolitana de Sorocaba, existem muitos problemas relacionados à titularidade dos imóveis nas fronteiras municipais, por conta da carência de atualizações dos seus limites territoriais oficiais. Uma atuação integrada agilizaria o processo e as tomadas de decisão para

encaminhamento de soluções para essas áreas, diminuindo pressão quanto aos assuntos da gestão dos resíduos no meio ambiente, saúde e mobilidade regional, além de possibilitar ganhos das atividades econômicas a curto e médio prazo, pois liberaria tempo e energia para outras atividades mais produtivas.

Também pode-se promover e intensificar a aplicação dos instrumentos relacionados ao cumprimento da função social da propriedade, estabelecidos pelos Estatutos da Cidade e da MetrÓpole, em articulação com a política habitacional das três esferas federativas.

Essas e outras possibilidades de ação seriam discutidas e organizadas por uma Câmara Temática para a Política Habitacional e Urbanística da Região, que teria o papel de articulação, discussão e apoio técnico para a implementação de programas / projetos desse tema, integrando-os às demais funções públicas de interesse comum, e em interação com outras Câmaras Temáticas.

4. Estratégia para a gestão da mobilidade regional e aumentar a segurança nas estradas rurais

Essa estratégia se relaciona com as funções públicas de interesse comum de transporte e sistema viário regional e planejamento e uso do solo, e teria como objetivos:

1. Articulação dos atores envolvidos na gestão dos transportes para pactuar um plano de mobilidade regional

associado ao transporte público municipal, aliado à implantação de monitoramento eletrônico para aumentar a segurança nas estradas rurais, permitindo monitoramento inteligente em tempo real, beneficiando tanto os usuários do sistema de transporte público quanto os proprietários de bens nas áreas lindeiras as estradas rurais;

2. Buscar o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e serviços existentes na região;

3. Interligar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região.

Para realizar essa diretriz, é necessário conhecer a acessibilidade aos centros principais da região e/ou às atividades econômicas e serviços regionais, e se a rede atual de mobilidade e transporte possibilita a equidade de acesso a todos os municípios, além de equipar as prefeituras e as estradas rurais com elementos que permitam o monitoramento inteligente em tempo real.

Essas questões seriam discutidas e organizadas por uma Câmara Temática específica, que teria o papel de articulação, discussão e apoio técnico para a implementação de

programas / projetos desse tema, integrando-os às demais funções públicas de interesse comum e em interação com outras Câmaras Temáticas.

5.1. Estratégia de criação de rotas turísticas integradas

A estratégia de criação de rotas turísticas integradas está relacionada, principalmente, à função pública de interesse comum do turismo, que, por sua vez, se relaciona com os temas de meio ambiente, planejamento e uso do solo e desenvolvimento econômico. Esse tema foi considerado estratégico para o ordenamento territorial da Região Metropolitana de Sorocaba, pelo fato de já existir uma dinâmica econômica relevante movida por esse setor, com potencial para desenvolvimento.

Vários municípios da RM de Sorocaba estão inseridos em regiões com alto potencial turístico – algumas já funcionando e outras instâncias como ciclovias com rotas bem desenhadas podem ser criadas, monitoradas com equipamentos eletrônicos que permitam várias funções inteligentes aos usuários e ligações com os negócios turísticos locais e nas pontas das rotas, permitindo a utilização segura das rotas cicloviárias, melhorando a questão de atropelamentos dos usuários de bikes, diminuindo tráfego nas estradas, melhorando e fomentando novos negócios mais sustentáveis na região.

Para que esses roteiros recebam investimentos e outras possibilidades sejam criadas, torna-se fundamental a cooperação e o trabalho integrado dos municípios da região. A gestão da estratégia de criação e desenvolvimento de rotas turísticas integradas pode ser feita por uma Câmara Temática específica, que teria o papel de articulação, discussão e apoio técnico para a implementação de programas / projetos desse tema, integrando-os às demais funções públicas de interesse comum e em interação com outras Câmaras Temáticas.

5.2. Estratégia para a rede de centralidades intraurbana de caráter metropolitano e a mobilidade regional

Essa estratégia se relaciona com a função pública de interesse comum de planejamento e uso do solo, e teria como objetivos:

1. Buscar o equilíbrio da distribuição espacial das atividades urbanas e da infraestrutura no território regional.
2. Qualificar a rede de centralidades intraurbana, interligando sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas e potencializando o desenvolvimento econômico e social na região.
3. Para a formulação de diretrizes de articulação dessas centralidades na Região Metropolitana de Sorocaba seria preciso verificar os desdobramentos da dinâmica

regional em escala intraurbana e evidenciar os elementos que integram sua rede de centralidades.

A partir de um desenho da rede de centralidades intraurbanas e do cruzamento com os dados do macrozoneamento regional, é possível fazer análises mais específicas para saber de que forma esses centros ou atividades econômicas estão distribuídos na macrozona urbana, se são bem articulados com a rede de mobilidade e transporte que os suporta, ou, ainda, se todos os municípios possuem acesso aos mesmos.

Essas questões seriam discutidas e organizadas por uma Câmara Temática específica, que teria o papel de articulação, discussão e apoio técnico para a implementação de programas / projetos desse tema, integrando-os às demais funções públicas de interesse comum e em interação com outras Câmaras Temáticas.

Áreas de interesse metropolitano

As áreas de interesse metropolitano são recortes específicos do território que permitem a articulação das ações interfederativas e intersetoriais, mediante regulações especiais, e a utilização de instrumentos urbanísticos previstos nos Estatutos da Cidade e da Metrópole.

Serão associadas a projetos específicos, que apresentem matriz de responsabilidades, definindo as ações atribuídas a cada ente federado. Portanto, para sua elaboração, é necessário acompanhamento permanente dos atores envolvidos.

Na RMS, foram pensadas as seguintes áreas, que podem ser desenvolvidas no nível das áreas de intervenção metropolitana e que, para tanto requerem aprofundamento nos dados e análises: área de formação do Rio Sorocaba, entorno da Represa de Itupararanga, e das áreas de formação dos Rios Sarapuí e Tatuí.

Área de formação do Rio Sorocaba

Área importantíssima para garantia da qualidade da água para o abastecimento da metade da população metropolitana. Transformar em UC, com as devidas compensações necessárias e justas ao proprietário, dada a importância da localidade para o abastecimento metropolitano RMS.

Outras localidades (áreas apontadas pelos municípios) para transformação positiva em áreas de proteção ambiental para permitir articulação no território dos corredores ecológicos

Vários municípios já manifestaram interesse e apontaram as áreas para maior proteção ambiental, para inclusive formar corredores ecológicos que desta maneira se tornam metropolitanos, e permitem preservar e conservar várias instancias de flora e fauna e suas diversidades para as futuras gerações, ainda gerando serviços ambientais às populações.

Áreas de alta vulnerabilidade ao Aquífero

Áreas importantíssimas para garantia da qualidade da água, com as devidas providências legais inseridas nos respectivos planos diretores municipais, para que as águas do Aquífero regional não serem contaminadas no presente e no futuro, para prover alternativas seguras de abastecimento hídrico para as futuras gerações.

Para elaborar os estudos e buscar a implementação das áreas de interesse metropolitano, assim como para as estratégias de ação, será necessária uma instância de acompanhamento do PDUI, que tenha o papel de articulação, discussão e apoio técnico. Os estudos e planos de ação devem ser precedidos por análise e discussão nas Câmaras Temáticas pertinentes às FPICs e submetidos ao acompanhamento e à aprovação do Conselho de Desenvolvimento da RMS, com divulgação prévia e realização de audiências públicas.

**ANEXO 2: Propostas
Estruturadas de
Funções Públicas de
Interesse Comum**

A lei de criação da Região Metropolitana de Sorocaba, Lei Complementar nº 1.362, de 30 de novembro de 2021, traz nove FPICs. Nesta formulação de propostas, estas FPICs foram agrupadas em quatro áreas temáticas, conforme mostrado no quadro.

Áreas temáticas	FPICs da lei da RMS
Planejamento Territorial e Uso do Solo	I. Planejamento e uso do solo
	II. Habitação
Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	III. Meio ambiente
	IV. Saneamento ambiental
	V. Desenvolvimento econômico
Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Atendimento social
	VII> Esportes e lazer
	VIII. Turismo
Transporte e Sistema Viário	XIX> Transporte e sistema viário regional

Planejamento Territorial e Uso do Solo

As propostas a seguir consideram as principais questões apontadas no Panorama Regional de 2017,

nos Diagnósticos realizado conjuntamente com os agentes públicos dos 27 municípios, instituições de ensino superior e sociedade civil organizada durante os anos de 2020 e 2021 (anos da pandemia Covid-19) e bem como nas propostas enviadas entre março e abril de 2022 pela plataforma digital do PDUI - RMS.

De forma geral, todas têm influência no território, portanto, se relacionam com o Ordenamento Territorial da RMS.

São consideradas, ainda, as sugestões apresentadas na oficina regional e nos grupos temáticos setoriais, realizados em outubro e novembro.

Planejar a expansão urbana e controlar o surgimento de assentamentos irregulares e precários.

O Panorama Regional como o Diagnóstico da Região Metropolitana de Sorocaba e as discussões na oficina regional apontaram a informalidade e a precariedade habitacional como um dos principais problemas atuais do desenvolvimento urbano na região.

O número de assentamentos precários é alto nos municípios mais populosos – Sorocaba –, enquanto a quantidade de domicílios em áreas de risco só cresceu nos últimos anos, embora programas de habitação de interesse social tenham sido desenvolvidos nos últimos anos, ainda há considerável déficit de unidades habitacionais para os mais carentes.

•

Atividades propostas:

- Promover a urbanização e a regularização fundiária de assentamentos precários existentes.

Adequar os planos diretores municipais, considerando o ordenamento territorial da RMS e as diretrizes para o uso e ocupação do solo estabelecidas nas macrozonas.

- Direcionar a expansão urbana para as áreas mais propícias à ocupação urbana, promovendo a distribuição e a intensidade de usos do solo de forma equilibrada em relação à capacidade, existente ou prevista, da infraestrutura, da mobilidade e do atendimento da rede pública de serviços.
- Utilizar o instrumento das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social – como estratégia para a política habitacional: reserva de áreas para produção de habitação de interesse social em locais bem desenvolvidos e garantia do direito à moradia aos assentamentos precários existentes (quando possível).
- Ampliar a oferta de habitação nas áreas ociosas e dotadas de infraestrutura, prioritariamente à população de baixa renda.
- Rever e tornar mais ágil o sistema de licenciamento ambiental, no sentido de desestimular os empreendimentos clandestinos.

- Minimizar os problemas existentes nas áreas com riscos geológico-geotécnicos, de inundações e decorrentes de solos contaminados.
- Mapear, identificar e fiscalizar as áreas suscetíveis à ocorrência de desastres, para impedir o surgimento de novas áreas de risco.

Relação com o ordenamento territorial da RMS: a proposta apresentada se relaciona integralmente com as diretrizes das Macrozonas de Interesse de Uso Urbano do macrozoneamento regional e com a Estratégia para enfrentamento da precariedade habitacional.

Conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação do patrimônio socioambiental.

Grande parte das áreas urbanas consolidadas na RMS encontra-se dentro das APA's Itupararanga e Tietê-Jumirim, sendo necessário conciliar a conservação do patrimônio socioambiental com o desenvolvimento das atividades urbanas. Atividades propostas:

- Manter e recuperar os serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, em especial aqueles relacionados com a produção da água, biodiversidade e regulação climática.

- Conter a expansão urbana sobre áreas de proteção dos mananciais hídricos e áreas de produção agrícola sustentável;
- Rever e tornar mais ágil o sistema de licenciamento dotadas de infraestrutura e conter a especulação ambiental, no sentido de estimular os investimentos imobiliária, promover a utilização dos instrumentos no desenvolvimento urbano dos municípios. urbanísticos de parcelamento, edificação e utilização

- No sentido de reduzir o número de áreas subutilizadas

Quanto ao ordenamento territorial da RMS, a proposta desapropriação com títulos da dívida pública; apresentada se relaciona com as diretrizes para a

Macrozona de Uso Sustentável e com a Área de Interesse

Metropolitano da Várzea do Rio Sorocaba. populacional para áreas com capacidade e infraestrutura para tal, priorizando a

- No sentido de direcionar o adensamento construtivo e proximidade com os sistemas de

Ampliar a utilização dos instrumentos urbanísticos definidos pelo Estatuto da Cidade.

transporte público, utilizar os instrumentos de Outorga

Onerosa do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir

e Operações Urbanas Consorciadas, de forma a incentivar o adensamento nessas áreas;

Os instrumentos urbanísticos definidos pelos Estatutos da Cidade e da Metrópole são importantes ferramentas que

- Definir coeficientes de aproveitamento maiores em áreas

podem auxiliar os municípios no processo de contenção do de influência ao redor de estações de trem e corredores espraiamento urbano, direcionamento do adensamento de ônibus; construtivo e populacional. E, ainda, na captura de parte do

valor gerado por melhorias e projetos urbanísticos.

- Estimular a regulação da produção imobiliária para

Considerando o processo avançado de urbanização dos municípios da RMS, muitos desses instrumentos já decorrente de investimentos públicos, para poderiam estar sendo aplicados, no entanto, sua utilização financiamento de melhorias e benefícios públicos. é muito baixa, dependendo de estudos e regulamentação específica.

Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

As propostas que seguem consideram as principais questões apontadas no Panorama Regional e no Diagnóstico, além das discussões realizadas durante as audiências públicas e propostas recolhidas por eixos temáticos.

Aumentar a Segurança Hídrica metropolitana

O último ano de 2021 teve infelizmente um notável aumento do déficit hídrico principalmente relacionado ao volume estocado na Represa de Itupararanga, que chegou a 18,7% no 2º semestre de 2021. Desde agosto de 2021 foi montado emergencialmente um GT de Crise Hídrica, que junto à detentora da licença ambiental e diversos órgãos compostos pelo CBH-SMT e sociedade civil organizada foram tomando medidas para minimizar efetivamente a crise hídrica. Foi decretado racionamento de água em vários municípios metropolitanos, visto que as águas da represa abastecem cerca de 1,4 mil habitantes, cerca de dois terços da população metropolitana. Na Região Metropolitana de Sorocaba, o percentual médio da população total (urbana e rural) atendida por abastecimento de água é de 85%, abaixo da média do Estado (96,20%), e da meta de universalização do Marco do Saneamento Básico, estabelecido pela Lei

14.026/2020, que é de garantir o atendimento de 99% da população com água potável até 31 de dezembro de 2033.

Atividades propostas:

- Elaborar e executar plano de Segurança Hídrica metropolitana;
- Estender a rede de abastecimento de água na região.
- Implementar melhorias no sistema de abastecimento de água, a fim de diminuir o índice de perda.
- Desenvolver estudos para garantir o abastecimento de água nas áreas rurais com a utilização de soluções compatíveis.

Universalizar a coleta e o tratamento de esgoto.

Os serviços de coleta e tratamento de esgoto na Região Metropolitana de Sorocaba têm índices bastante diferenciados, com municípios ainda distantes da meta do marco do saneamento básico, que é de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033. Estão nessa situação São Roque, Alumínio, Mairinque, Ibiúna, os mais próximos da capital, e outros municípios, conforme relatados no diagnóstico Panorama regional da RMS (Emplasa, 2017). Vale dizer que a leitura do território é imprescindível para se atualizar os dados após a dispersão urbana ocasionada pela pandemia desde 2020, e deve-se

somar os dados do próximo censo do IGBE, programado para 2022.

Atividades propostas:

- Expandir a rede de coleta de esgoto.
- Aumentar a capacidade das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e implementar melhorias para aumentar a capacidade de remoção de matéria orgânica
- Desenvolver estudos para garantir o esgotamento sanitário adequado nas áreas rurais, por meio da utilização de soluções compatíveis.

Criar condições de enfrentamento à escassez hídrica.

A Região Metropolitana de Sorocaba tem rios de importância regional, como os rios Sorocaba Mirim, Sorocaba. Os períodos de estiagem, somados ao aumento da demanda de água para diferentes usos, tem representado um cenário de alerta para região.

Atualmente, são notórios os efeitos e impactos das mudanças climáticas na desregulação do clima. Estudos já apontam que períodos de escassez hídrica serão cada vez mais frequentes em regiões que, inclusive, não tinham problemas com oferta de água. Assim, é urgente a criação

de instrumentos e ações que viabilizem a segurança hídrica da região.

Atividades propostas:

- Priorizar estudos de proteção aos principais mananciais e alternativas para a região, para garantir o abastecimento de água em períodos de escassez ou de estresse hídrico.
- Desenvolver instrumentos para garantir a preservação e a proteção dos mananciais, como promover o ordenamento territorial compatível com a sua função de garantir a quantidade e a qualidade das águas.
- Recuperar e proteger a mata ciliar dos rios e córregos da região, principalmente das bacias hidrográficas responsáveis pelos mananciais.
- Promover a preservação e a conservação dos fragmentos florestais e unidades de conservação.

Porção representativa da Região Metropolitana de Sorocaba está inserida nas Áreas de Proteção Ambiental de Itupararanga, o que torna esse território ainda mais prioritário no planejamento, para conciliar suas funções ecológicas e mitigar conflitos que já começam a se manifestar. Isso também fomentou a criação do GT Crise Hídrica pela Prefeitura Municipal de Sorocaba devido à crise energética e CBH-SMT.

•
Atividades propostas:

- Elaborar os Planos de Manejo nas Unidades de Conservação existentes, visando compatibilizar a sua função com o uso e ocupação dos municípios, por meio dos zoneamentos das Áreas de Proteção Ambiental.
- Criar corredores ecológicos na RMS, visando à conectividade dos remanescentes florestais.

Desenvolvimento Urbano e Econômico

São desafios da região: fortalecimento da base econômica; desconcentração da oferta de emprego e renda do município-polo; aumentar a qualificação da mão de obra; equilibrar a oferta de equipamentos de saúde, educação e assistência social, preparar a população PEA para a transformação digital. A AGEMS firmou parceria com a FGV/SEBRAE, que preparou o Mapeamento técnico para a região de articuladores de Sorocaba, cujas informações estão copiadas do respectivo sumário executivo, no caderno de subsídios ao Macrozoneamento da RM Sorocaba; bem como de Estudos de Desenvolvimento Urbano e Econômico com IES da RMS.

Dinamização e organização econômica.

Atividades propostas:

- Fomento à instalação de um ecossistema de inovação, voltado para áreas de tráfego de dados e imagem e internet das coisas, visando ao apoio e atração à atividade de logística na região.
- Articulação institucional, visando à formação do hub aeroviário em Sorocaba, com ênfase no transporte inteligente de cargas e no aumento da oferta de voos domésticos, que venham a fomentar a atividade turística na região.
- Adensamento das cadeias produtivas ligadas a produtos fármacos e farmacêuticos e de beleza.
- Articulação com o Centro Paula Souza para aumento da oferta de cursos técnicos relacionados à logística e à elétrica na região.
- Incentivo à implantação de negócios nas centralidades a serem fortalecidas pelo PDUI, com apoio ao empreendedorismo (parceria com o Sebrae, quiosques do Banco do Povo, etc).

Estímulo à indústria do turismo como um dos eixos de desenvolvimento sustentável.

A RM Sorocaba já abriga iniciativas para estimular o setor de turismo, como é o caso distritos turísticos em Salto, Itu, Porto Feliz, Brigadeiro Tobias e outros, e da participação dos

municípios em duas regiões turísticas do Ministério do Turismo. Para amplificar os impactos dessas iniciativas e dar centralidade ao setor no desenvolvimento regional, cabe estimular a criação de um roteiro turístico de característica metropolitana, que assegure o compartilhamento dos benefícios do desenvolvimento dessa indústria entre o maior número possível de municípios.

Atividades propostas:

- Implementar uma política metropolitana de promoção ao turismo.
- Instituir instância de governança de âmbito metropolitano, com competência executiva.

Articular os municípios para mapeamento de ativos turísticos e apoio na elaboração de estudo para um plano metropolitano de turismo.

- Realizar diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão-de-obra, para elaboração de propostas que, em prazo adequado, revertam as insuficiências, em especial de infraestrutura de apoio ao turismo e a qualificação de mão de obra.
- Desenvolver estudo para adoção de incentivos às empresas hoteleiras, restaurantes e atividades de recreação.

- Estruturar um calendário anual de atividades turísticas regionais.
- Apoiar a implantação de Rotas cicloviárias na região, destinada à proteção das paisagens e ao fortalecimento do valor ambiental e cultural dos recursos naturais.
- Qualificar a mão de obra local, principalmente nos municípios menores, de forma a habilitá-la para os setores relacionados ao turismo.
- Incentivar projetos turísticos de impacto local, de forma a aumentar o fluxo interno de visitantes em cidades menores, gerando renda para seus habitantes.
- Investir na sinalização turística regional.

Promoção da formação e da qualificação profissional.

O aumento da oferta de formação profissional tem duplo impacto no desenvolvimento metropolitano: garante mais oportunidades para a população ativa regional, com melhoria da renda, e assegura às empresas mão de obra qualificada – diferencial importante para decisões de investimento.

Esta proposta se divide em dois eixos:

1. Elevação da qualidade do acesso à modalidade profissionalizante do ensino médio.

-

O enfrentamento dos desafios do ensino médio – permanência e qualidade – e a maior integração com as demandas do setor produtivo são importantes desafios a superar para elevar a escolarização e a inserção produtiva dos jovens.

Atividades propostas:

- Frente às diferenças de desempenho das redes de ensino médio – expressas nos patamares distintos do IDEB – criar instância de coordenação entre secretarias municipais e estadual de educação, para assegurar o compartilhamento de boas práticas para elevar a qualidade do ensino.
- Estabelecer parcerias com as universidades instaladas na região metropolitana para ofertar cursos de formação continuada aos professores.
- Articular com o setor produtivo a ampliação de oportunidades de estágio e de contratação por meio da Lei da Aprendizagem para jovens residentes na região, tendo como contrapartida o compromisso, pela instância de gestão metropolitana, de ampliar a oferta de cursos profissionalizantes alinhados com as demandas produtivas.

2. Ampliação da oferta de qualificação profissional.

Frente às diferenças no padrão de formação da força de trabalho e à desigual distribuição no

território metropolitano da oferta de cursos, propõe-se as seguintes atividades:

- Criação, em parceria com o Instituto Paula Souza, universidades e IES instalados na região, de rede de oferta de cursos, a ser executada, conforme o perfil do curso, em EAD, para distribuir melhor no território as oportunidades de formação. Atenção especial para cursos baseados em biotecnologia, meio ambiente e outros eventualmente identificados como geradores de oportunidades de emprego.
- Mapeamento das vocações produtivas em cada município, para aprimorar a integração dos cursos ofertados com as demandas empresariais.
- Organização, em parceria com as IES, ETEC's e FATEC's instalados na região, de programas de assistência técnica em gestão e inovação, para MPEs e empreendedores individuais, articulados com as vocações regionais.
- Incentivos para criação de cursos à distância (EAD) relacionados à pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- Estímulo ao aumento da oferta de cursos de formação técnica e superior em toda a região.
- Apoio à oferta de bolsas de estudos para a população de baixa renda.

- Articulação com concessionárias para mapeamento da necessidade e futura instalação de banda larga em locais mais remotos.

Requalificação urbana e fomento às micro e pequenas empresas MPEs da região, considerando-se que ainda a população metropolitana tem o bônus o envelhecimento da população.

A preparação do espaço urbano para uma população em processo de envelhecimento – e também para ofertar mais espaços de convivência – é um requisito essencial para cidades mais sustentáveis.

Coordenado pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da RMS (CD-RMS), um programa com este escopo pode produzir demanda para as MPEs, operando na área metropolitana, que seriam priorizadas pelas prefeituras para o fornecimento de serviços de implantação e manutenção, com importantes impactos locais sobre a geração de oportunidades de trabalho.

Pode também ser base para parcerias com empresas que, por meio de suas políticas de ESG (governança social,

Equilibrar a distribuição dos equipamentos e serviços no território metropolitano.

Atividades propostas:

ambiental e corporativa), apadrinhariam financeiramente a recuperação e a expansão de áreas verdes para uso público. Atividades propostas: Diagnóstico dos equipamentos (praças, parques, etc) a serem reformados/modernizados em cada município.

- Construção de plataforma para apadrinhamento por empresas instaladas no território metropolitano;
- Edital conjunto para contratação dos serviços para os equipamentos não apadrinhados, utilizando os critérios de preferência previstos na legislação do Simples;
- Melhoria dos equipamentos de educação e da qualidade e oferta dos níveis fundamental, médio, técnico e universitário, de forma a atender as demandas da população local;
- Articulação institucional e apoio à identificação de fontes de recursos, visando à implementação de equipamentos sociais nos municípios socialmente vulneráveis.
- Integração das áreas de saúde, educação e assistência social, com vistas à redução da vulnerabilidade social.

-

Segurança viária e cicloviária rural (TIC/PDTCI)

Promover ajustes no sistema viário metropolitano para mitigar os conflitos do tráfego rodoviário com tráfego local.

O conflito entre a rodovia e o viário urbano foi identificado como causa de transtorno e diminuição de qualidade de vida da população diretamente afetada.

Atividade proposta:

- Com a criação de instância metropolitana (ex.: Câmara Temática, Grupo de Trabalho, etc.), efetuada em fevereiro de 2022, pelo CD de Prefeitos da RMS, incentivar discussões e acompanhamento das questões relativas aos transportes e ao sistema viário regional para elaboração de projetos comuns.
- Estabelecer, por meio do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, interlocução com as concessionárias das rodovias para priorização de investimentos.

Promover a integração do transporte intermunicipal.

A organização e a integração do transporte intermunicipal é fundamental para a melhoria das condições de acesso ao trabalho, estudo, turismo e lazer na região. O transporte coletivo intermunicipal está presente em todos os municípios e os deslocamentos entre eles ocorrem principalmente pelas rodovias.

Atividades propostas:

- Qualificar as redes de mobilidade (transportes) existentes, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios.

- Elaborar estudo que organize as informações do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal, e que analise a integração entre os modos de transporte e as demandas não atendidas pela rede de mobilidade existente.
- Estruturar um plano de mobilidade regional articulado com o transporte público municipal.
- Com a criação de instância metropolitana (ex.: Câmara Temática, Grupo de Trabalho, etc.), efetuada em fevereiro de 2022, pelo CD de Prefeitos da RMS, incentivar discussões e acompanhamento das questões relativas aos transportes e ao sistema viário regional para elaboração de projetos comuns.

Garantir a manutenção das estradas vicinais através do monitoramento inteligente compartilhado

As estradas vicinais, que têm como uma de suas funções o escoamento da produção rural, têm sido usadas como rotas alternativas para fuga de pedágios do transporte de carga, o que contribui para sua rápida deterioração. O problema da qualidade das vicinais está afeito ao fato de a manutenção ficar a cargo dos municípios,

que muitas vezes não têm condições de arcar com esses custos.

Atividades propostas:

- Promover a articulação entre municípios, por meio, por exemplo, de compartilhamento de equipamentos e mão de obra, para otimizar os custos de manutenção das vicinais, utilizando-se inclusive as devidas ferramentas digitais, otimizando recursos públicos.

Sorocaba pudesse ser elaborado e discutido por sua sociedade.

Que possa ser útil para as populações, atual e vindouras da RM SOROCABA.



AGRADECIMENTOS:

À todos que colaboraram, ao longo de tantos anos,
para que este caderno de insumos do PDUI da RM